

Hélio José Santos Maia

**Crônicas sobre o Timor-Leste: um  
resgate da obra de Afonso de Castro**

## Resumo

Neste trabalho é apresentada uma sucinta explanação sobre a história do Timor–Leste no âmbito da educação, sob a ótica de uma obra literária (*As Possessões Portuguesas na Oceania*) de antigo governador português, Afonso de Castro, que governou o Timor no século XIX. Castro provavelmente apresenta uma das primeiras crônicas sobre o Timor–Leste, publicada em 1867, em que lamenta o desprezo que Portugal deu ao Timor enquanto colônia, quando comparado com o resto do império lusitano. Pela análise da obra procuram–se as justificativas para o atraso educacional pelo qual passou o Timor–Leste ao apontar considerações sobre o domínio religioso católico dos Dominicanos.

**Palavras–chave:** Colonização; História da Educação; Timor–Leste; catequese dominicana

## Abstract

This paper presents a brief explanation of the history of East Timor in education from the perspective of a literary work (*As Possessões Portuguesas na Oceania*) of former Portuguese governor Afonso de Castro, who ruled the Timor in the nineteenth century. Castro probably has one of the earliest chronicles of the East Timor published in 1867, regretting the contempt that Portugal gave to Timor colony as compared to therest of the Portuguese empire. By analyzing the work seeks to justifications for the educational backwardness has gone through the East Timor to the point considerations on Catholic religious domain of the Dominicans.

**Keywords:** Colonization; History of Education; East Timor; Dominican catechesis

## Introdução

O século XIX marcou um período de forte produção no campo do conhecimento. Inúmeras ciências e novos ramos do saber têm sua gênese nesse século e uma grande quantidade de contribuições foi dada por inúmeros registros, feitos por desbravadores que entenderam a importância de perenizar narrativas para a posteridade, permitindo, por meio de sua análise, o entendimento de fatos e circunstâncias que de outro modo seriam superficiais e no campo das inferências vazias. Assim, neste trabalho é resgatada uma dessas narrativas do século XIX que lança luzes para se entender a educação em Timor–Leste, a partir de fatores históricos geradores. E por que o Timor–Leste? Os elementos que explicam os motivos para essa pesquisa estão ligados ao trabalho de formação docente, nesse país, em 2007, realizado pelo autor no âmbito de cooperação internacional Brasil–Timor–Leste, atuando na formação de professores para o ensino de ciências na escola primária daquele país. Essa experiência fomentou pesquisa de doutorado na área do ensino de ciências em Timor–Leste, e o trabalho aqui abordado é um pequeno excerto do histórico sobre a educação timorense, extraído da tese em construção desse doutoramento, ainda em curso.

O presente texto, em seu estilo, apresenta algumas poucas inferências sobre a experiência vivida pelo autor no trabalho de formação de professores, centrando–se sua abordagem na obra de Afonso de Castro, publicada em 1867 e disponível como arquivo digital no site da Biblioteca Digital Mundial<sup>1</sup>.

### ***As possessões portuguesas na Oceania, uma base para a análise da educação em Timor***

Não obstante o Timor–Leste ter sido encontrado por portugueses em 1511, a ilha não despertou interesse de Portugal. Até a segunda metade do século XIX, nada ou quase nada se escreveu sobre o Timor–Leste. Isso fica evidenciado na narrativa do governador português do Timor, Afonso de Castro (1824–1885), nomeado para o cargo em 1858,

---

\* Hélio José Santos Maia – Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília (UnB)

<sup>1</sup> A obra *As possessões portuguesas na Oceania* pode ser acessada na íntegra e baixada no site da Biblioteca Digital Mundial, no endereço: <<http://www.wdl.org/pt/item/2398/>>.

tendo permanecido até 1863. Em 1867 publica, provavelmente, uma das poucas obras do período colonial, até o século XIX, sobre o Timor–Leste, intitulada *As possessões portuguesas na Oceania*. No prefácio, o autor menciona que, de todas as possessões portuguesas, a menos conhecida era, sem dúvida alguma, a de Timor. Cita ainda que pouco ou nada se havia escrito sobre a colônia, não existindo arquivos, inclusive no ministério da marinha. Os arquivos que pertenciam a Goa forneciam alguns esclarecimentos sobre o Timor, mas, ainda assim, não eram de confiança, pois, segundo Castro, entre uma ou outra verdade se introduziu muita falsidade.

Em função da falta de documentos sobre a colônia que servissem de referência para a consulta que embasasse a narrativa, Castro (1867) informa que apresentaria sobre o Timor simples conjecturas, em vez de narrativas fieis, recorrendo à tradição para o conhecimento de fatos que os arquivos deveriam mostrar. Salienta ainda que omitirá tudo aquilo que sua razão rejeitar como fabuloso, procurando discriminar o verdadeiro do falso. Notam–se, na descrição da sua metodologia na construção da narrativa, elementos do positivismo de Augusto Comte, pautado na coerência e na razão, muito em voga no final do século XIX. Isso nos remete à percepção da sua formação sólida, na Escola Politécnica de Lisboa, tendo em vista o curso iniciado em 1842 para a carreira de oficial de infantaria do Exército Português, da Escola do Exército, concluído em 1845.

O livro de Castro referido acima é dividido em duas partes: a primeira centra–se na história do Timor–Leste, até aquela data, e a segunda tratará da economia e da política. Nos aspectos históricos, o autor evidencia na narrativa a luta dos missionários religiosos na árdua tarefa de conversão do homem "gentio" daquelas terras. A segunda parte relata os fatos dos governadores da ilha no aspecto administrativo, acentuando que seus papéis, enquanto administradores, se reduziram a quase somente sustentarem lutas contra indígenas e holandeses que disputavam o território. À data da publicação da sua obra, Castro (1867) informa, em tom de lamento, a que se reduziu a empresa colonial portuguesa de outros tempos ao afirmar que:

Do nosso grande império do oriente, da famosa herança que nos legaram os Castros e Albuquerque<sup>2</sup>, das vastas conquistas que a terrível espada

---

<sup>2</sup> Citação em alusão a Afonso de Albuquerque (1453-1515), cujas ações militares e políticas foram fundamentais para o estabelecimento e a consolidação do Império Português no Oceano Índico, e a D. João de Castro (1500-1548), governador, capitão-general e vice-rei do Estado Português da Índia,

dos nossos guerreiros, ou a inspirada palavra dos nossos missionários nos traçaram no oriente, não nos resta hoje senão a pequena porção de território inserida no império anglo-indiano, chamada Goa, um canto de uma península no Império do Meio<sup>3</sup>, chamado Macau, e uma parte da ilha de Timor, como que encravada nos extensos domínios holandeses na Malásia. (CASTRO, 1867, p. IX)

Nota o autor que a empresa portuguesa, enquanto disputava suas possessões com os povos asiáticos, sempre se saiu vitoriosa, todavia não suportou a união dos *índios* e *malaio*s aos esforços dos rivais europeus, sobretudo Holanda e Grã-Bretanha, que futuramente retalhariam e dividiriam o vasto império fundado por Afonso de Albuquerque, levando-o a sucumbir. Essa consideração permite-nos concluir que o empreendimento português não foi benevolente com os nativos das terras dominadas, já que isso possivelmente promoveu levantes e revoltas diante da exploração e violência que exerciam sobre os domínios coloniais.

Era sentimento português autêntico a crença de que seu empreendimento imperialista no mundo se vinculava à sua suposta superioridade civilizacional, na sua cultura, armamento e fé cristã, como europeus que eram. Assim, rivalizar com esses povos – por sua suposição, primitivos nesses aspectos – os tornava invencíveis e legítimos na empreitada, já que, acima dos bens econômicos angariados pelo processo colonizador, estava a difusão da civilização ocidental, superior em suas diversas dimensões, da religião ao conhecimento de modo geral. Todavia, contender com semelhantes europeus que receberam o apoio dos nativos revelou a assimetria de forças imputada como agente causadora da sua derrocada. Enfatiza-se, neste ponto, que a percepção desse aspecto do domínio colonial eurocêntrico é fundamental como linha mestra para se entender a influência religiosa do catolicismo na empresa colonial. Observa-se, em Castro (1867), referência à superioridade europeia diante dos nativos asiáticos, ao aludir que:

Contra aqueles favorecia-nos a superioridade do armamento, a força da disciplina, uma civilização mais adiantada, e não menos o ardor da fé, combatendo por Deus para substituir a verdade da sua doutrina aos erros de Brahma, de Buda e de Mahomet. Mas quando se nos opôs um inimigo que nos era igual em armamento, em disciplina e em civilização, e a quem

---

entoados por Camões em *Os Lusíadas* (canto I, est. 14) como "Albuquerque terrível, Castro forte, e outros em quem poder não teve a morte".

<sup>3</sup> Expressão antiga usada para designar a China, que se considerava "o país que está no centro do planeta Terra" e única superpotência econômica, política, tecnológica, social e cultural do mundo.

não pretendíamos converter à nossa religião, desapareceram as vantagens da nossa parte, e tivemos de sucumbir à força do número, não sem tingir de sangue inimigo todo o oriente. (CASTRO, 1867, p.X)

É perceptível, na citação acima, um caráter educacional como pretensão dos portugueses diante das culturas orientais, ainda que o enriquecimento econômico proporcionado pelo mercantilismo de matérias-primas adquiridas na ação exploratória extrativista fosse um dos maiores interesses; o domínio pela imposição de uma religião ocidental era um contributo educacional civilizatório para esses povos com suas religiões “primitivas” eivadas de animismo.

O forte encaminhamento religioso do processo educativo pretendido por Portugal em terras orientais certamente levou missionários à percepção da riqueza dos cultos praticados nas crenças das religiões autóctones, com uma variedade de adornos e símbolos que chamavam a atenção pelo deslumbre exercido nas populações. Dessa maneira, intuiu-se que, para os povos sensuais e dotados de ardente imaginação, como os orientais, talvez não fossem adequadas crenças protestantes, como o anglicanismo inglês, mais afeito a povos civilizados e meditativos (CASTRO, 1867). Dessa forma, Castro (1867), ao analisar a religião mais adequada para os padrões do que pretendiam os nativos orientais, em tempos de disputa hegemônica entre Portugal e outras nações europeias do período, como a inglesa, denota na sua abordagem a percepção da superioridade do cristianismo católico para essa finalidade e assim se refere ao desejo do povo oriental:

Querem estes uma religião que os deslumbre pelas pompas do culto e que os sujeite pelo princípio de autoridade, e a religião católica romana mais que nenhuma outra está neste caso. Uma festa religiosa em templo católico só por si fará mais prosélitos no oriente, do que todas as prédicas dos mais hábeis ministros protestantes. (CASTRO, 1867, p. XII)

Infere-se desta afirmação todo o empenho que foi devotado pelos missionários religiosos à imposição do catolicismo, no período colonial timorense, como ferramenta de domínio travestida de educação.

Os impactos da religiosidade imposta pelos portugueses aos timorenses certamente causaram alterações nos seus referenciais culturais originais, permitindo uma inserção que possivelmente minou o universo de representações sobre a natureza que aqueles povos já possuíam. O colonialismo, portanto, vai além da irrupção e posse dos

bens materiais dos povos colonizados, passando à subjugação de uma civilização antiga, compreendida como sendo primitiva, bárbara, por outra que entende ser necessária sua suplantação por algo etnicamente superior.

Ao observar a história da derrocada do império português no oriente, Castro (1867) percebe os erros da imposição cultural nos moldes do que foi feito, sem respeito aos elementos culturais da terra, e ventila a hipótese de que havia a necessidade do emprego de meios mais adequados para lidar com o oriental, que fossem diferentes dos empregados por Portugal. Ao legislar às cegas países tão diferentes culturalmente, deveriam ter focado em procedimentos mais apropriados ao ser social dos povos e aos seus usos e costumes. Percebe-se aqui um reconhecimento das diferenças culturais orientais e a dificuldade de adequá-las a interesses e costumes ocidentais.

O declínio do império português no oriente diminuiu sobremaneira as possessões portuguesas, remanescendo apenas Goa, na Índia, Macau, na China, e o Timor. Entre as que existiram e as que ainda eram colônia de Portugal,

nenhuma tão desamparada como Timor, e por isso nenhuma tão miserável, e que menos se ressinta da dominação de uma potência civilizada. Timor, que tem dois elementos essenciais para a sua prosperidade – fertilidade de solo e bastante população – acha-se na maior miséria. A indústria reduz-se ao fabrico de maus tecidos panos de algodão, com que os indígenas se cobrem, e ao fabrico de toscas panelas de barro. O comércio reduz-se à permutação dos poucos produtos do país, tais como cera, sândalo, café, milho, cavalos e búfalos por tecido de algodão, armas, pólvora, bebidas espirituosas, manilhas e facas. A agricultura reduz-se ao cultivo do milho, do arroz, do café, do trigo, e das batatas e poucos mais gêneros, seguindo-se os primitivos processos no granjeio destes produtos. (CASTRO, 1867, p. XIV)

Na visão do autor e sob o parâmetro da prosperidade ocidental, a cultura de subsistência e a manufatura timorense do século XIX denotam pobreza e miséria daquelas terras abandonadas, e isso permite uma inferência sobre a visão eurocêntrica de considerar pobres, selvagens, incultos, bárbaros todos os povos que possuíam culturas e hábitos de vida diferentes dos europeus. Portanto, buscaram, por meios exploratórios das riquezas dos povos dominados ou por meio da subjugação cultural, imprimir valores que não faziam parte do repertório simbólico dos povos orientais em geral e dos timorenses em particular.

Isso fica patente no trecho em que Castro (1867) menciona que o povo vivia na miséria, tiranizado pelos reis e outros nobres da hierarquia timorense, e mesmo esses também não conheciam a abundância e o bem-estar. Deixa evidente ainda que aquela ilha que poderia ser de grande vantagem para Portugal, em função da sua posição geográfica, lhe serve só de pesado encargo, absorvendo recursos e vidas de alguns portugueses que para lá se aventuraram.

A percepção de um homem como Afonso de Castro da terra timorense, por ocasião do seu governo, tem como parâmetro o que testemunhou em outras possessões portuguesas de além-mar; isso o leva a lamentar sobre o Timor, onde em

três séculos de dominação não têm nem criado indústria, nem desenvolvido o comércio e a agricultura, nem civilizado o povo, nem firmado a nossa soberania. Parece que a civilização nunca ali penetrou, e se hoje abandonássemos a ilha poucos vestígios ficariam do nosso domínio. (CASTRO, 1867, p. XV)

Ocorre que o panorama acima traçado pela percepção de um atento observador pioneiro nos registros sobre o Timor torna mais difícil a tarefa de encontrar bases da educação timorense, pelo menos nos moldes da ocidental eurocêntrica, no seu período colonial, pela ausência e negligência de Portugal. Porém, não se pode negar a existência de outro tipo de educação. Afinal, assume-se que somente pela sobrevivência de valores culturais e de mecanismos de manutenção e perpetuação desses valores para as gerações futuras é que se torna possível a sobrevivência das sociedades, primitivas ou não.

Um exemplo ilustrativo que pode ser colocado para salientar a importância do conhecimento acumulado pela cultura e seus processos de transmissão diz respeito a uma situação vivida: em certa ocasião, no ano de 2007, em um encontro presencial com professores timorenses à hora do almoço, fui apresentado a um guisado feito com flores de mamoeiro. Ao notar minha resistência ao consumir o prato, uma professora timorense se aproximou e me questionou sobre se estava gostando ou não da flor de mamoeiro daquela forma. Disse-lhe gentilmente que não estava acostumado com o amargor do sabor. A senhora professora prontamente me disse que, apesar do sabor desagradável, era aquilo o que garantia a pequena mortalidade por malária do povo *maubere*<sup>4</sup> há oito

---

<sup>4</sup> O termo *maubere* refere-se a um nome comum do maior grupo étnico em Timor-Leste (TRAUBE, 1986). Durante o período colonial Português, *maubere* era geralmente usado para distinguir o timorense nativo



mil anos na ilha do Timor. Aquela era uma tradição cultural passada de geração em geração. Ainda que careçam de informações sobre princípios ativos da bioquímica das folhas do mamoeiro, o que seria um conhecimento científico, o que vinculava esse conhecimento popular a sua efetividade era a experiência acumulada mediante o êxito no tratamento da malária. Certamente um aprendizado efetivo das gerações de timorenses.

Assim, ainda que uma sociedade seja dita primitiva pelos parâmetros das civilizações ocidentais, com línguas ágrafas e sem outros recursos que a percepção de um “civilizado” europeu pudesse entender, não é difícil aceitar a presença de sistemas instrucionais usados na permanência do conhecimento de uma sociedade no campo da oralidade. Até porque há mais tempo da humanidade em um período pré-escrita do que posterior a esta, e nem por isso o conhecimento e as experiências deixaram de ser transmitidos. Como afirma Doren (2012),

É verdade que a tradição oral levou a humanidade muito longe. Os primeiros impérios foram construídos sem escrita. Arte e até mesmo poesia grandiosa foram produzidas por homens que não conheceram a arte da escrita. O próprio Homero, o primeiro e, de certa forma, ainda o maior dos poetas, era iletrado. No seu tempo (por volta de 1000 a.C.), a maior parte do mundo era iletrada. Mesmo onde os homens aprenderam a escrever, como na Mesopotâmia, no Egito e na China, essa nova capacidade maravilhosa era utilizada apenas para criar registros. Não viam a escrita como uma forma incomparável de pensar melhor. (DOREN, 2012, p.46-47)

Ainda em se tratando da indiferença com que um dito “superior” culturalmente observa a cultura de outro, o estranhamento da cultura timorense pelo governador europeu do século XIX é ainda maior quando observa os hábitos sociais nas relações políticas, nas regras e na sociedade, o que o leva a entendê-los como “bárbaros” frente a sua “civilização”. O Timor-Leste, em sua história colonial, foi percebido como uma sociedade feudal composta por inúmeros reinos. Os reis eram chamados de *liurais* e comandavam suas terras, os *sucos*, com rigor. O trecho abaixo, trazido por Castro (1867), é bem ilustrativo sobre sua impressão da “barbárie” timorense:

---

do da classe alta, educada e portuguesa e, até certo ponto, os mestiços. “*Maubere*” foi muitas vezes empregado como sinônimo para os analfabetos, incultos e, até certo ponto, não civilizados.

Os reinos regem-se pelo que se chama *estylos*, e a nossa suave legislação é ali desconhecida. Quem rouba uma cabeça de gado sofre ainda a pena capital; o prisioneiro de guerra é feito escravo; o assassino pode remir a pena dando aos parentes do morto uma pessoa que o substitua na família, juntando a isto certa soma; o suspeito de *sanguice* (feitiçaria) é irremissivelmente empalado, ou morto às pauladas, toda a sua família reduzida à escravidão, e os seus haveres confiscados em proveito do rei e do acusador. E a autoridade superior portuguesa, sem força para fazer respeitar as suas determinações, tem de ser indiferente a estes horrores, e de sancionar pelo silêncio tais *estylos* de sangue, para não ser desobedecida, quando tente reprimir tamanhas crueldades. Um ou outro governador, querendo adoçar os costumes daquele povo, proibia a aplicação da pena capital; mas eram infrutíferas tais tentativas, principalmente nos reinos que estavam fora da ação do governo. E fora dela, existiam quase todos. (CASTRO, 1867, p. XV)

Percebe-se pelo descrito acima que os governantes portugueses não tiveram muita gerência sobre hábitos e costumes do povo timorense. Os *liurais* continuavam exercendo seu poder nos *sucos*, a sociedade regia-se por leis próprias e costumes locais, as inúmeras línguas continuaram a existir e a língua portuguesa pouco difundida e falada esparsamente<sup>5</sup>. Na tentativa de regular essa situação, em 1860 o governador do Timor, Afonso de Castro, criou os distritos no território e à frente de cada um colocou um oficial militar que deveria dirigir aquele distrito pelo regulamento então publicado. No entanto, por falta de pessoal habilitado e de força para sustentar a autoridade do comandante, a medida administrativa não pôde ser executada. Muitos reinos continuaram na independência em que se achavam, seguindo os seus *estylos*, e, pela análise de Castro (1867, p. XI), “o povo do Timor, que poderíamos ter iniciado na civilização, continua seguindo os seus ferozes instintos, e no estado de barbárie em que se achava nos primeiros tempos da ocupação”.

Fazendo uma análise mais atenta para essa situação, é de se notar que os governantes portugueses, tendo em vista a dificuldade para a implementação de mudanças dentro da sociedade timorense, preferiram acomodar-se de modo que fosse

---

<sup>5</sup> Em 2007, por ocasião de uma visita a encontro presencial de professores cursistas no distrito de Vemasse, um professor timorense, falando sobre a dificuldade com a língua portuguesa, disse que as crianças do Timor-Leste não nascem para a língua portuguesa, desde pequenas os pais só falam suas línguas maternas e elas aprendem a pensar e a ver tudo com a língua dos pais. Então os professores, que também têm dificuldades com a língua portuguesa, precisam trabalhar dobrado para fazer a tradução de tudo para as línguas das crianças e ainda arranjar um jeito de fazê-las pensar em português, pois apenas fazer a tradução da língua não adiantava muito, já que as crianças, quando voltam para suas casas, iriam continuar ouvindo a família falar suas línguas, não treinando o português.

possível uma convivência mais amigável. Nota-se ainda que, enquanto boa parte das colônias portuguesas espalhadas pelo mundo teve o auxílio dos Jesuítas no processo de dominação cultural pela educação nos moldes ocidentais e pautada na religião cristã católica, no Timor, a ordem religiosa que operou foi a dos Dominicanos.

Nessa época vemos Timor inteiramente entregue à congregação de S. Domingos. São os frades que põem e dispõem, que fazem acordos com os regulos, que lhes movem guerra, ou com eles tratam da paz, que lhes impõem os encargos com que hão de contribuir para as despesas do estabelecimento, em uma palavra são os frades os senhores do grupo de ilhas do Timor e Solor<sup>6</sup>. O vigário visitador é o capitão, o juiz, o administrador, é tudo; e o que admira é que o governo dos frades não se enraizasse profundamente em Timor, e que a congregação não pusesse em prática todos os meios para conservar no seu domínio aquele país, como a Companhia de Jesus o havia feito no Paraguai. É que os fins da Ordem de S. Domingos eram diferentes dos da Companhia de Jesus. (CASTRO, 1867, p.XVI)

A ordem dos pregadores, como passou a ser conhecida a Ordem dos Dominicanos, tinha em seus princípios a pregação da palavra e mensagem de Jesus Cristo e a defesa da fé católica, desempenhando um papel bem mais centrado na proteção e difusão do catolicismo do que na educação dos povos, como realizada pelos Jesuítas. Em que pese à Ordem religiosa ter sido fundada por Domingos de Guzmán (1170–1221) e, em função do seu nome, ter ficado conhecida por Ordem Dominicana, era comum entre seus membros assumir uma denominação etimológica da expressão em latim "*dominicanes*", que pode ser traduzida como os "cães de Deus", os "cães a serviço do Senhor" ou os "cães de guarda do Senhor". Se os Jesuítas minavam as culturas pela doutrinação e pela educação, os Dominicanos tentavam fazê-lo pela pregação religiosa.

Andrade (2012), em seus estudos sobre a religião timorense, atesta que um dos facilitadores da introdução do catolicismo em Timor deve-se à concepção primitiva das crenças timorenses. Desta forma,

pode-se afirmar que, em linhas gerais, o mundo sobrenatural do timorense configura-se numa pirâmide, no vértice da qual está *Maromak* e na base os *matebian* (avós, espíritos dos antepassados), situando-se entre estes e *Maromak* os *génios* ou espíritos tutelares, que se consideram neste sistema divindades menores, os *lulik*. Um dos fatores muito

---

<sup>6</sup> Ilha indonésia pertencente ao arquipélago de Sunda, onde portugueses se estabeleceram em 1520.

importantes que facilitou a ação dos missionários em Timor foi o monoteísmo local, a crença num Deus único (*Maromak, Fi-da'e-coro* ou *Hira-Hebana*), embora vago e distante e a quem não se prestava, diretamente, culto. Os Missionários adotaram a palavra *Maromak* para designar o Deus Cristão e cuidaram de levar os timorenses ao culto direto a *Maromak*, sem passar pelo culto dos antepassados (*matebian*) e dos espíritos da natureza (*lulik*). Os timorenses, por sua vez, atribuíram aos sacerdotes católicos o título atribuído ao mais alto representante do seu culto animista, *nai-lulik* (senhor sagrado). (ANDRADE, 2012, p.28-29)

Mas, ainda que o processo de aculturação de um povo ocorra também pela religião, a imposição da língua do dominador é um dos meios de minar a cultura. Todavia, no caso do Timor-Leste, segundo Silva (2005),

a língua utilizada pelos timorenses, sem a exclusão das outras línguas da ilha, tem sido o Tétum. Na medida em que esta língua goza de prestígio entre a população. Durante muito tempo, os portugueses colonialistas – missionários e administradores – utilizaram o Tétum para iniciar seus trabalhos de evangelização e de imposição do catolicismo. (SILVA, 2005, p.149)

Diante disso, possivelmente a presença dos Dominicanos em terras timorenses tenha contribuído para a manutenção dos elementos culturais tradicionais do povo *maubere*, em função da pouca atenção dada pelos Dominicanos à educação desse povo, menos ainda em língua portuguesa e em outros saberes que não fossem os religiosos. O oposto pode ser observado nas culturas onde os Jesuítas, com seu ímpeto educacional, exerceram domínio.

Os Dominicanos se estabeleceram inicialmente em Solor, uma pequena ilha vulcânica, hoje pertencente à Indonésia. Entre os seus feitos nessa ilha está a catequese do rei local que permitiu a construção de uma igreja. Posteriormente os dominicanos se estabeleceram em outras ilhas do arquipélago, sempre procedendo de forma semelhante, catequizando os mandatários locais, erguendo igrejas e fortalecendo os laços políticos que permitiam a difusão religiosa nas populações. Após esse domínio sorrateiro das ilhas que rodeavam o Timor, aprontavam os dominicanos as condições para chegarem finalmente àquelas terras. Contudo, a temiam diante das notícias que corriam sobre o grande contingente populacional e a iminência da morte.

Era grande o desejo que tinham os nossos missionários de se introduzirem em Timor, que os naturais da ilha diziam ser extensíssima e muito povoada; era grande o desejo, porque se lhes afigurava que a semente do Evangelho deveria dar ali abundantíssima colheita. Mas o receio de abordar aquela terra, onde se supunha que a morte era certa, continha os missionários, que esperavam ensejo favorável para tentarem aquela empresa. (CASTRO, 1867, pp.9–10)

É atribuída ao Frei Antonio Taveirosa entrada dos dominicanos no Timor, que "naquela ilha fizeram tantas conversões e que fundaram o nosso império em Timor, ponto que pela sua posição geográfica entre a China e a Austrália tem mui grande importância" (CASTRO, 1867, p. XVIII).

Percebe-se que a penetração definitiva de Portugal no Timor-Leste se deveu, sobretudo, à obra dos Dominicanos. Nas palavras de Castro (1867),

Os dominicanos introduziram-se pois no arquipélago de Solor e Timor, e com tamanho ardor se entregaram à sua tarefa, que no ano de 1599 tinham já, segundo diz Fr. João dos Santos na *Etiópia oriental*, um colégio de meninos em Larantuka<sup>7</sup>, no qual se ensinava a ler, escrever, contar e latim, e haviam fundado dezoito igrejas, resultados estes que custaram a vida a alguns missionários, entre outros a Fr. Antonio Pestana, Fr. Simão das Montanhas, Fr. Francisco Calassa, Fr. João Tavares e Fr. Belchior, os quais pereceram às mãos dos gentios, colhendo assim a palma do martírio. Era a obra dos missionários religiosa e política. Ao passo que os animava o ardor da fé, entendiam o patriotismo, e fundando a missão, fundavam um estabelecimento colonial. Rei catequizado, rei vassalo, ligado a Portugal por uma espécie de tratado pelo qual se obrigavam a pagar certa quantia em gêneros à autoridade superior portuguesa e a socorrê-la com certo número de homens em caso de guerra. (CASTRO, 1867, p. XVIII)

Afonso de Castro, na sua crônica, lamenta a inexistência de documentos escritos nos quais os padres firmaram contratos com os reis e estima que tenham existido em função das obrigações assumidas pelos reis de Timor. Entre elas, o pagamento do tributo chamado *finta*. Menciona ainda que este imposto existiu até os primeiros governadores e representava vultosa soma em mantimentos e em sândalo, com que os reinos contribuía para as despesas do estabelecimento colonial. A *finta* foi abolida pelo governador António Moniz de Macedo por ocasião do seu mandato entre 1725 e 1729 e substituída por um imposto de capitação por habitante, o qual, porém, nunca foi cobrado,

---

<sup>7</sup> Laratuka trata-se de lugarejo localizado na Ilha das Flores, na Indonésia.

levando à necessidade de instituir-se a *finta* novamente, perdendo ao longo do tempo seu valor a proporções irrisórias. Mesmo assim, essas insignificantes quantias dificilmente eram cobradas, levando a fazenda pública a dívidas substanciais e a graves dificuldades. Contudo, em tempos em que os valores do citado imposto eram substanciais,

sustentavam os padres o estabelecimento por eles fundado, e com ela pagavam aos soldados indígenas, que angariavam, e aos capitães que comandavam as expedições empreendidas pelo vigário superior, o qual, não obstante ser homem de paz e ministro de Deus não deixava de sustentar renhida luta com os chefes indígenas, que ou atacavam os nossos vassallos, ou pretendiam subtrair-se à nossa dominação. (CASTRO, 1867, p. XIX)

Porém, a convivência dos Dominicanos no Timor não se deu em um clima amistoso. Durante o governo dos padres, a guerra foi quase incessante, ora com os nativos, que se rebelavam frequentemente contra os portugueses, ora com os holandeses, que tentavam repetidamente usurpar o que pudessem. “[...] A batalha seguia-se à catequese, e vemos naqueles tempos de paixões enérgicas um padre comandar as forças na peleja e mostrar na guerra tanto valor, quanta era na paz a sua humildade e fervor religioso” (CASTRO, 1867, p. XX).

A tarefa dos religiosos foi, pois, introduzir o catolicismo entre aquele povo gentílico, e estabelecer a dominação portuguesa nas ilhas de Solor e Timor. E se não a estabeleceram solidamente, deixaram, contudo, as coisas em estado que os governadores não tiveram novas conquistas que fazer, mas só conservar o que os padres haviam conquistado. Porém sem força regular e composta de elementos estranhos ao país, a nossa dominação não pôde consolidar-se; e apesar da luta incessante, que tanto os religiosos como os governadores ali sustentaram, a nossa dominação em Timor tem sido mais nominal que real, e em vez de sermos soberanos não temos sido senão mal respeitados suseranos. (CASTRO, 1867, p. XX)

Embora a luta dos religiosos e portugueses tenha sido intensa contra os holandeses, estes conquistaram a porção ocidental da ilha do Timor. A luta de conquista que a Holanda empreendeu contra Portugal tem suas bases na luta da Holanda contra a Espanha, por ocasião da União Ibérica de 1580, em que Portugal passou a pertencer à Espanha em uma crise de sucessão do trono português. Todavia, após a independência de Portugal em 1640, “parecia que as hostilidades deviam cessar. Não aconteceu, porém,

assim, e a luta de Portugal com os Países Baixos nos mares das Índias prolongou-se a despeito da paz que reinava entre as duas nações na Europa” (CASTRO, 1867, p. 38).

Assim, em 1651, após duras lutas, narradas a detalhe na crônica de Afonso de Castro, os holandeses terminaram por conquistar *Kupang*, localizada no extremo oeste da ilha de Timor, e procederam ao avanço até a metade de seu território por expansão de conquistas territoriais e com a conivência dos chefes locais:

a troca de dádivas e presentes obteve a companhia contratos de paz e amizade com vários reis da ilha, e desses contratos com homens boçais, que não sabiam a que se obrigavam, fizeram mais tarde os holandeses derivar supostos direitos à soberania desses reinos. A guerra franca e leal que a Holanda nos fazia sucedeu, pois, uma guerra desleal, e o que pelas armas não tinha sabido conquistar, conquistou-o então pela astúcia de suas autoridades em Timor, as quais insinuando-se no ânimo de alguns dos reis, ganhando outros por presentes, e atemorizando a todos, conseguiram desligá-los de Portugal e avassalá-los à Holanda. E tão débil era o braço português em Timor, e tão desamparado se via o nosso governo ali, que, sem meios para obstar às tentativas daquela potência, assistia quase indiferente ao desmembramento da colônia. (CASTRO, 1867, p. 46-47)

154

Em 1859, um tratado firmado entre Portugal e Holanda fixa a fronteira entre o Timor Português (atual Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental). Configuração que se apresenta até os dias atuais. Sendo que o Timor Ocidental, a partir de 1945, passou a fazer parte da Indonésia, por ocasião da sua independência.

Poderíamos supor que Portugal, em função da diminuição territorial da colônia do Timor, devesse devotar mais atenção e cuidados à sua porção oriental; no entanto, não foi o que aconteceu, a colônia continuou tão abandonada quanto antes, enquanto a porção ocidental sob o domínio holandês experimentou maior prosperidade; conforme as palavras plangentes de Castro (1867), a colônia,

[...] que pela sua posição geográfica, pela riqueza do solo e pela densidade da sua população devia ter merecido todos os cuidados dos governos superiores, e achar-se hoje no mesmo grau de prosperidade que as colônias holandesas, não tem dado um passo nas vias do progresso, e os povos do interior da ilha têm presentemente a mesma rudeza, os mesmos hábitos ferozes que tinham, quando pela primeira vez foram visitados pelos nossos missionários. (CASTRO, 1867, p.47)

Na observação do antigo governador do Timor, Afonso de Castro, que certamente foi um dos primeiros a escrever uma história do Timor colonial até o século XIX, antevendo mesmo uma importância geopolítica na sua localização, Portugal não havia se dedicado e empenhado esforços naquelas terras, quando comparado a todo o empenho envidado pelos holandeses nas colônias circunvizinhas; não obstante o longo tempo de permanência na ilha, parece que as características marcantes do domínio português foram a leniência e a omissão:

três séculos de dominação não têm, pois, produzido os resultados que era de esperar, e a luz da civilização apenas bruxuleia, onde deveria espalhar vivos clarões. Nem a indústria, nem o comércio, nem a agricultura têm tido desenvolvimento, e enquanto muitas das ilhas da Malásia prosperaram admiravelmente nas hábeis mãos dos holandeses, Timor nas mãos dos portugueses vegeta na mais horrível miséria, e nem cremos que saia deste estado, enquanto não alterarmos o nosso regime colonial, e enquanto não tentarmos introduzir em Timor sistema idêntico que fez de Java a pérola da Oceania. (CASTRO, 1867, p.47)

Cabe aqui uma reflexão sobre o papel da educação no processo de dominação dos povos. Segundo Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2013), a educação talvez seja o mais insidioso e, em alguns aspectos, o mais crítico dos vestígios colonialistas, às vezes imperceptíveis nas configurações neocolonialistas. Tais padrões são reproduzidos não apenas através de currículos estabelecidos ou programas de textos definidos, porém, mais fundamentalmente, através de atitudes básicas na educação em si, tanto por sua natureza e seu papel particular dentro das nações, quanto na sua cultura. A educação, seja a ofertada pelo estado ou missionária religiosa, primária ou secundária e, posteriormente, terciária, sempre foi uma arma potente na artilharia do imperialismo.

Essa abordagem incita a ponderação de que possivelmente a “barbárie” apontada por Afonso Castro ao povo timorense se deva, sobretudo, à lacuna na educação nos moldes clássicos dos Jesuítas, cuja catequese provavelmente teve efeito de “amansamento” do espírito gentio nas terras por onde passaram. Assim, nessa compreensão, provavelmente não houve, no processo colonial português, pelo menos até o século XIX, um processo de aculturação pela educação do povo timorense, em função da presença dos Dominicanos, e estes não tenham devotado atenção para a educação, só centrando dedicação à difusão da doutrina cristã sincretizada nos cultos locais. O domínio



dos Dominicanos no campo da religião, presumivelmente, foi competente, pois, nos dias atuais, boa parte da população do Timor ainda é cristã, com predomínio do catolicismo, não obstante terem vivido a partir de 1975 até 1999 sob o domínio de um país muçulmano, a Indonésia.

Porém, cabe aqui mais uma consideração nessa análise; partindo-se do princípio de que o ensinamento religioso, com propósito de catequese, é um tipo de educação, também passa a influir na cultura de povos que apresentam suas próprias crenças e que terminam por substituí-las ou mescla-las. O que pode ter ocorrido no Timor no período colonial foi a difusão oral dos ensinamentos religiosos católicos, pelo menos para uma boa parte da população, sem que houvesse um processo de alfabetização ou transmissão de outro conhecimento escolarizado nos padrões ocidentais. Certamente, à época se sabia perfeitamente a diferença entre dominar pela força e com violência subjugar os vencidos e dominar pela retórica da conversão religiosa. Basta ver, para isso, o que dizia Castro (1867):

É diferente a posse que deriva da conquista da que deriva da conversão; e os laços que prendem um povo subjugado pela força ao povo vencedor, são diferentes daqueles que prendem um povo catequizado à nação dos seus catequistas. O modo de governar um não pode ser o mesmo que o de governar o outro; e ainda que os dois sistemas tendam ao mesmo fim, a civilização, os meios deverão ser diversos. (CASTRO, 1867, p.6)

Outra obra que merece destaque para essa abordagem, pertencendo ao século XX, dignas de nota são as narrativas de Teófilo Duarte (1898–1958), outro português que governou o Timor-Leste nos anos de 1927 e 1929. Corroborando o mencionado por Afonso de Castro, reafirmando suas considerações, Duarte reflete que a ação de povoamento do branco português em Timor foi a mais tardia dentre as colônias do império. Constata em seu livro *Ocupação e Colonização branca de Timor* que, em 1929, era flagrante a ausência quase absoluta de brancos que não fossem funcionários, somando estes um total de 340 apenas, contra 690 indivíduos mestiços (DUARTE, 1944, p.22).

A exploração de culturas agrícolas, como café, cacau e borracha, estava a cargo dos herdeiros de um ex-governador, Celestino da Silva (1849–1911), que comandou o Timor de 1894 a 1908, destinando sua produção à exportação para as Índias Holandesas. O empreendimento contava, administrativamente, com pouquíssimos brancos, e o

trabalho braçal era empenhado pelos “indígenas”. Após considerações sobre a exígua presença do branco português e sobre as referidas atividades agrícolas, Duarte (1944) justifica os fatores que levaram a essa escassa ocupação portuguesa em Timor:

Como se vê, o esforço desenvolvido em Timor durante séculos, até o ano de 1929, não pode ombrear com o constatado em qualquer das nossas outras colônias. E porquê? Vejamos algumas das principais causas do fato, sem termos a pretensão de lhe encontrar uma explicação completa. Timor é a colônia portuguesa que se encontra mais afastada da metrópole – e com uma grande diferença – se não entramos em linha de conta com Macau. Natural era, pois, que, através dos séculos, a nossa atenção se concentrasse principalmente naquelas que nos ficavam mais próximas, sendo por isso mais frequentes os contatos com elas, mas conhecidos os seus recursos, e em que havia maiores possibilidades de fiscalização, quer através das entidades governamentais, quer das simples particulares que nelas empregavam as suas atividades. Ainda hoje, apesar da rapidez das comunicações, uma viagem normal para aquela nossa colônia da Insulíndia demora quarenta e cinco dias, enquanto que para a Guiné se faz em oito, e para Angola em vinte. (DUARTE, 1944, p.23–24)

A distância como primeiro argumento de Duarte pesou para o pouco empenho português em investimento e colonização do Timor nos moldes das outras colônias. É espantoso que, em 1944, época da publicação do seu livro acima mencionado, ainda se levassem quarenta e cinco dias de navio para se chegar ao Timor–Leste. Para se perceber esse distanciamento no aspecto geográfico e inserido no tempo contemporâneo, a viagem aérea atual para o Timor–Leste, partindo do Brasil, comparada com outros destinos mais afeitos aos brasileiros, como os Estados Unidos ou a Europa, é assustadora e dura em média 30 horas de voo, além das intermináveis escalas. Não é de admirar que a distância Portugal–Timor no período colonial desanimasse os mais destemidos empreendedores lusitanos.

Nas palavras de Duarte (1944),

Este fator, o da distância, trazia, pois, como consequência, o pouco interesse pela colônia, que era conhecida pouco e mal das instâncias oficiais, e desconhecida quase em absoluto das entidades que se dedicavam a atividades coloniais. Uma pequena ilha perdida nos confins das Índias Orientais, apenas conhecida pelo precioso, mas escasso comércio de sândalo, pouca atenção podia merecer ao país que possuía tantos e tão valiosos troféus, como a costa da Guiné, a Índia e o Brasil. (DUARTE, 1944, p.24)

Outros fatores aventados por Duarte sobre o desinteresse português quando o assunto era o Timor centra-se na tradição de aceitação corrente de que a “terra apresentava um clima horrível, que matava ou inutilizava fatalmente, o que provinha do desconhecimento quase absoluto do interior que era magnífico” (DUARTE, 1944, p.24); associada a isso, a insubmissão dos nativos gerava frequentes chacinas dos raros europeus que, por dever de ofício, se faziam presentes no Timor; e, por fim, a falta de comodidades quase absoluta em uma colônia quase toda por ocupar. Segundo Duarte (1944),

tudo isso criava uma lenda em volta de Timor, que fazia com que a colocação ali de qualquer funcionário fosse considerada como o pior castigo que se lhe podia aplicar. Como admirarmo-nos pois que os simples particulares nem sequer pensassem em tal colônia, quando tratavam de escolher uma para onde se expatriassem à procura de fortuna, ou pelo menos duma conveniente situação que lhes assegurasse um regular passadio? Timor, a odiada, a desprezada era a última colônia a atrair atenção dos portugueses. Ela era para nós, o que tantas outras representavam para países colonizadores de maiores recursos: uma ameaça para degradados e maus funcionários. (DUARTE, 1944, p.25)

158

Esta breve narrativa apresentada acima não pretende encerrar justificativas para explicar o processo tardio da educação em Timor, mas busca tão somente apontar para a história do Timor-Leste como *sui generis* quando confrontada com um padrão adotado por Portugal em suas outras colônias ultramar.

### Considerações finais

A obra de Afonso de Castro, respaldada por Teófilo Duarte, produto do esforço de um governante português para, no século XIX, dotar o Timor com possivelmente a primeira crônica de cunho histórico, demonstra a pujança desse século no campo da produção literária, científica e artística, e serviu de base para essa pesquisa, permitindo inferir alguns elementos para entender a história da educação no Timor-Leste. Assim, a diferenciação dos modelos da catequese católica nas possessões portuguesas no período colonial, a preservação ou alteração linguística são pontos fulcrais nesta análise. Nas colônias onde os Jesuítas operaram, o processo de dominação cultural parece ter sido mais profundo. Ao

atuar na educação nos modelos do *Ratio Studiorum*, promoveram-se mudanças nas línguas locais para a língua portuguesa, como ocorreu com o Brasil e em boa parte das colônias lusitanas na África, dando unidade linguística a esses territórios e o espírito de pertencimento a uma nação por essa unidade, ainda que exótica. No Timor-Leste, o plurilinguismo manteve-se e, mesmo sendo o território timorense reduzido, o isolamento dos senhores feudais e seus territórios perdurou por muito tempo, não havendo uma educação propriamente dita sob o comando dos Dominicanos. Estes foram imensamente eficientes em transformar religiões primitivas animistas em um catolicismo sincrético com forte predomínio até os dias atuais, mantendo, todavia, possivelmente de modo não intencional, valores culturais inerentes à cultura ancestral com a preservação da língua e de costumes locais.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C.F.M. **A Missão de Remexio**: um caso de transição das religiões tradicionais para o cristianismo no contexto das missões católicas de Timor. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa: 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9739/1/VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em 03 de março de 2015.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **The post-colonial studies reader**. London: Routledge and Taylor & Francis e-Library, 2003.
- CAMÕES, L. **Os Lusíadas**: poema épico. Paris: Officina Typographica de Firmino Didot, 1819.
- CASTRO, A. **As possessões portuguesas na Oceania**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- DOREN, C. V. **Uma breve história do conhecimento**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- DUARTE, T. **Ocupação e Colonização branca de Timor**. Porto: Editora Educação Nacional, LTDA, 1944. (Coleção Fórum – Estudos Coloniais, 13ª Secção, n.2).
- SILVA, N. **A história da educação no Timor-Leste e os seus distintos processos de alfabetização**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 145–158, set. 2005.
- TRAUBE, E. **Cosmology and Social Life**: Ritual Exchange among the Mambai of Timor. Chicago : The University of Chicago Press, 1986.